



Anais da Assembléia

Nº 99

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 14 DE SETEMBRO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 93ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 1983.

QUARTA-FEIRA

Presidência do senhor deputado Nestor Baptista, secretariada pelos senhores deputados Sérgio Spada e Tuguio Setogutte.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caito Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leonidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezzi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes. (57). Achando-se em licença o senhor deputado Fuad Nacli. (1).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Durval Mineto, agente de segurança da Secretaria Pública, aposentado, ocorrido hoje nesta Capital.

O acontecimento veio consternar elevada parcela da sociedade curitibana onde o dedicado cidadão cultivou exemplar espírito de solidariedade humana.

Requer, ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER a inserção de voto de pesar na ata dos trabalhos de hoje pela morte de FRANCISCO FERREIRA, ocorrida no dia 13 do corrente, na cidade de Ponta Grossa.

O falecido era viúvo de EDI CAPELETTI FERREIRA e deixa os filhos Edson Ferreira, casado com Vera Ferreira, e

Ednei Ferreira, professor na Universidade de Maringá, casado com Tânia Ferreira.

FRANCISCO FERREIRA era funcionário público estadual, e por mais de doze anos exerceu as funções de vereador na cidade de Ponta Grossa, tendo se destacado como homem público combativo e voltado às reivindicações populares.

Requer que cópia do presente expediente seja encaminhado à família do falecido.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado abaixo-assinado, no uso de suas atribuições legais, REQUER a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje de voto de pesar pelo falecimento do senhor LUIZ FANCHIM NETO, ocorrido no dia de hoje na cidade de Ponta Grossa.

O falecido deixou as filhas Maris Marochi, casada com Eduardo Marochi e Márcia Regina, casada com Isaltino Carlos de Oliveira.

Era membro de tradicional família pontagrossense.

Requer seja oficiado cópia deste expediente à família do falecido.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1983.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Aristides F. Miguel Tuoto, ocorrido hoje nesta Capital.

O infausto acontecimento suscitou consternação de elevada parcela da sociedade curitibana, tendo em vista o espírito público e a exemplar conduta do falecido.

Requer, ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de louvor ao senhor GLACY BORTOLLOTTI, gerente do Banco do Estado do Paraná, Agência Centro Cívico, há 9 anos, onde granjeou prestígio e largo círculo de amizade nas áreas política econômica e empresarial, graças ao seu dinamismo e extraordinária visão gerencial.

GLACY BORTOLLOTTI, iniciou sua ascensão gerencial na agência do Banestado de São José dos Pinhais, em 1.960, e em apenas 5 anos conseguiu reativar de tal forma aquele estabelecimento oficial, que foi chamado a prestar serviços na Agência Central da Capital, como contador geral. Posteriormente, foi designado para a gerência da Agência Muricy onde permaneceu de 1970 a 1974, quando foi designado para gerenciar a Agência Centro Cívico, permanecendo há 9 anos. No próximo dia 28 do corrente mês, o Banco do Estado irá ter uma grande perda com a aposentadoria daquele titular.

Assim, nada mais justo que se preste uma homenagem ao

senhor GLACY BORTOLLOTTI, que merece o louvor desta Casa, como forma de se reconhecer o seu brilhante trabalho, que sempre visou engrandecer o nosso Banco do Estado.

Requer, uma vez aprovado o requerimento, seja feita a necessária comunicação ao homenageado.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserido em ata desta sessão, voto de regozijo ao município de Pirai do Sul, expresso à pessoa do senhor Prefeito Municipal, Marcelo Zanello Milleo, do senhor presidente da Câmara, Christóvão Noel Cioffe e demais membros legislativos daquela comuna, pela inauguração das novas instalações da Câmara de Vereadores, levada a efeito à 06 de setembro p.passado.

A brilhante iniciativa que reflete o esforço e dedicação dos seus representantes, será, por certo, o marco do progresso sempre crescente desse município paranaense.

Requer, ainda, que dessa decisão, seja dado ciência às autoridades mencionadas.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1983.

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado à Bancada Federal do Paraná, veemente apelo no sentido de que seja dado pela representação paranaense o mais irrestrito apoio para a aprovação da emenda 188/82, que trata da regulamentação do exercício da análise clínica laboratorial, e dá outras providências.

A emenda em pauta, que altera a redação de dispositivos da Lei n.º 6.686, de 11 de setembro de 1979, tem como finalidade colocar um ponto final na controvérsia criada na regulamentação das profissões de Bioquímico e Biomédico, controvérsia esta que já vem se arrastando ao longo do tempo e que apenas tem servido para tumultuar a situação estudantil dos acadêmicos das duas modalidades profissionais envolvidas, desviando-os de suas reais atividades no aprendizado.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo senhor presidente da República veemente apelo no sentido de que seja dado às empresas paranaenses o mesmo tratamento que foi dado às de Santa Catarina nos financiamentos pelo Banco do Brasil, de que trata a Circular 3884-Crege, destinados à recuperação das regiões atingidas pelas enchentes que recentemente assolaram o Sul do País.

As indústrias paranaenses foram tão ou mais afetadas que as do Estado vizinho e a circular acima mencionada, ao estabelecer o custo dos financiamentos destinados à recuperação da capacidade produtiva da região, discrimina o Estado do Paraná ao estabelecer, apenas para Santa Catarina, uma redução de 85 para 70 por cento do valor das ORTNs.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo senhor governador do Estado, senhor José Richa, mostrando a necessidade de uma instalação de um Gabinete Odontológico, através do IPE — Instituto de Previdência do Estado) para atender o Funcionalismo Público do Município de União da Vitória e Região.

O referido expediente originou-se da reivindicação feita pela Associação dos Professores do Paraná, passando e sendo aprovado na Câmara Municipal de União da Vitória em data de 09 de setembro de 1983, pelo requerimento n.º 085/83, do nobre vereador, professor ELOY TONON.

Em nome dos funcionários de União da Vitória, envio este apelo a Vossa Excelência, pela necessidade desta instalação no município de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial, dirigida a Excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, no sentido de auxiliar no que for possível, para que seja reativada a habilitação do setor primário, denominada Básica em Agropecuária, na Escola Helena Kolody no município de Terra Boa.

Atendendo solicitação do senhor Elso Garcia, Prefeito Municipal, tal pedido vem de encontro às aspirações de todos os munícipes, ainda mais levando-se em conta que a região é essencialmente agrícola; assim, tal habilitação daria conhecimentos básicos de agropecuária aos futuros estudantes daquela Escola, o que, a curto prazo, poder-se-ia transformar uma nova fonte de riqueza para o município, que se encontra atualmente em franco progresso.

Sendo assim, contamos com a necessária ajuda da Titular da Pasta da Educação em nosso Estado, com o objetivo de tornar realidade as aspirações da população de Terra Boa.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Cultura e do Esporte, no sentido de viabilizar estudos destinados à implantação de uma Biblioteca Pública na sede do município de Iretama.

De iniciativa do senhor Guaeter Alves de Oliveira, vereador da Câmara Municipal de Iretama, tal reivindicação é baseada na necessidade que estão enfrentando os alunos das diversas escolas daquele município, quando precisam fazer consultas destinadas a trabalhos escolares. Atualmente o município de Iretama não oferece o mínimo de condições para a realização de trabalhos desta natureza, o que compromete seriamente o nível educacional dos jovens munícipes.

Por tudo o que foi exposto, acreditamos que o Excelentíssimo senhor secretário da Cultura e dos Esportes sensibilizado com o problema, tentará em curto espaço de tempo minimizar este grave problema, atendendo à reivindicação do povo do município de Iretama.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento

de solicitação oficial ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Segurança Pública para reivindicar para a Delegacia Policial do município de Araruna:

1. Uma viatura nova equipada;
2. mais três soldados, já que o contingente existente atualmente é insuficiente;
3. reforma do prédio;

Torna-se imprescindível reestruturar aquele organismo policial, já que as atuais condições são enormemente debilitadas, colocando em risco a população não só do citado município, mas as suas adjacências, tendo em vista que há muito não é efetuada uma revisão neste setor.

Por tratar-se de grandiosa importância o exposto, se atendido, por certo irá proporcionar uma maior funcionalidade e conseqüente eficiência.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1983.

(a) Rubens Bueno.

REQUERIMENTO

Súmula: requerem a expedição de ofício ao Ex^{mo} Sr. Secretário de Estado do Interior solicitando que sejam tomadas providências junto à COPEL para que as emissoras de rádio e televisão sejam beneficiadas pela tarifa industrial, em seus transmissores.

Senhor Presidente.

Os deputados abaixo-assinados requerem que, após ouvido o Plenário, seja expedido ofício ao Ex^{mo} Sr. Secretário de Estado do Interior deputado Nelson Friedrich, solicitando que o mesmo determine que a COPEL tome as providências necessárias visando enquadrar os transmissores das emissoras de rádio e televisão do Paraná na tarifa industrial.

As emissoras de rádio e televisão prestam, em caráter permanente, importantes serviços à comunidade paranaense. Em algumas regiões do interior paranaense elas se transformam no único meio com que contam os agricultores para transmitirem comunicação urgentes aos parentes e amigos.

O custo operacional desses veículos de comunicação tem sofrido aumentos seguidos e muitos deles encontram grandes dificuldades em pagar, mensalmente, o consumo de energia elétrica.

O Governo do Estado pode perfeitamente colaborar com as emissoras de rádio e televisão, sem que afete o seu próprio orçamento. O auxílio pode ser feito através da COPEL, bastando que esta enquadre os transmissores na tarifa industrial o que redundará na diminuição do custo operacional.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1983.

(aa) Edmar Luiz Costa

Nestor Baptista

Fiori Luiz

Ferrari Junior

Ervin Bonkoski

Roberto Requião

Nilso Sguarezi

Airton Cordeiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja efetuada a transcrição, de inteiro teor, nos Anais da Assembléia, do artigo "PROFESSOR FARIS ESTAVA LÁ", ensejando o lançamento do livro "CEPA ESQUECIDA", de autoria do eminente Professor, Historiador e consagrado escritor Farris Michaelle.

Dessa decisão, REQUER que seja dada ciência à Ex^{ma} Sra. Amélia Oberg Michaelle, viúva do saudoso autor, e ao Centro Cultural Euclides da Cunha, em Ponta Grossa, promotores desses importante evento do meio cultural paranaense.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1983.

(a) Odeni Mongruel.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 138/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS VOLUNTÁRIAS DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DO NORTE DO PARANÁ — ASVHU, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Em 1.979, foi fundada em Londrina, a Associação das Senhoras Voluntárias do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná, sem fins lucrativos e com o objetivo de colaborar com o Hospital Universitário local visando o bem-estar dos pacientes e de suas famílias.

A documentação que anexamos ao presente comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação pertinente à matéria.

Com isso esperamos contar com a aprovação e o apoio dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre deputado Tadeu França.

Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado Caíto Quintana.

Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado Sabino Campos.

Ausente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao senhor deputado Leônidas Chaves.

Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado Ervin Bonkoski.

Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado Márcio Almeida.

Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor presidente, declino e requeiro à Mesa minha inscrição logo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa defere

Concedo a palavra ao senhor deputado Homero Oguido.

Havendo declinado, concedo a palavra ao senhor deputado Rubens Bueno.

Havendo declinado, concedo a palavra ao senhor deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"O conjunto de marginais ou delinqüentes visto como grupo social organizado tem sido a preocupação maior dos especialistas em sistema presidiário ou penitenciário. 1981 constituiu-se no ano separador de comportamentos. Antes de 1981, o encarcerado completamente ausente das atenções de toda a ordem. Cumprindo penas tão somente. Após 1981, a alarmante presença de leptospirose, surto de diarreia, distúrbio gastroenteríticos, tuberculose na população carcerária. A notícia estourou. A imprensa e o Governo enfocaram intra-muros, as casas de detenção, até então marginalizadas de nossas atenções sociais, e todos atônitos, sentimos as dimensões do submundo nos presídios, onde presos, ratos, pulgas, percevejos-de-cama, baratas e moscas, convivem em igualdade de condições e de cuidados.

Verdadeiros currais de porcos, lugares imundos, infectos, pestilentos, repugnantes quanto à moral. O Setor de vigilância Epidemiológica e o Laboratório de Pesquisas Biológicas iniciam trabalho de busca minuciosa para averiguação da realidade de vida e saúde nas casas de detenção, resultando amostra levada, por ofício, às suas Direções que se tornaram sensíveis diante das ações indicadas, propondo-se auxiliar. Um ser humano, mesmo apenado, encarcerado, não deve ficar exposto a tão grande degradação sob condições miseráveis de vida. Em seguida, desencadeou-se novo movimento. Agora pelo distrito Sanitário Metropolitano junto à população da Penitenciária Central do Estado resultando também um relatório sobre a presença de casos de leptospiriose, condições de higiene a conservação do prédio, presença de exaustiva quantidade de ratos, surtos de diarreia e distúrbios gastrointestinais. Dos estudos desenvolvidos, sugestões foram endereçadas para as áreas de Saúde e Bem-Estar Social e Justiça, pela Equipe de Vigilância Epidemiológica que num mês, assistiram 780 presidiários com consultas médicas, exames abreuográficos, passagens por enfermaria, procedimentos cirúrgicos em hospital e cuidados com tuberculose. Nesse estudo ficou também sobressaltado que queixas psicossomáticas foram feitas pelo detento ficar à mercê da guarda, às péssimas condições de vida e de alimentação e por último o ócio. São fatores que geram também a agressividade que agrava os problemas de segurança exigidos pela natureza da Casa. Durante a elaboração da amostra conheceu-se da existência de 25 caixas de água abertas o que impede a campanha de combate aos ratos; inadequação nos estoques de remédios. Uns excessivos e vencidos ou proscritos dos receituários médicos; falta de desinfetantes para o material de enfermarias e estas em péssimas condições de higiene: cubículos para tuberculose mal arejados e insolação precária: pessoal auxiliar malfeito, sem orientação ou supervisão; sabe-se que toxicômanos são levados a aplicar injeções porque "sabem pegar veias".

Nesta situação clamorosa alguma coisa deve ser feita, urgentemente, em favor do sistema carcerário. Para isso, conclamo, desta tribuna parlamentar, o Governo José Richa, para que agasalhe as propostas formuladas pelo diversos órgãos e segmentos interessados em que o sistema seja efetivamente de reabilitação do detento. As diversas propostas para a promoção da saúde dos detentos enfocam os sistemas da Penitenciária Central do Estado, Manicômio Judiciário, Colônia Penal Agrícola, Prisão Provisória de Curitiba e Pronto Socorro do Sistema Penitenciário de Curitiba.

1. Quanto ao sistema da Penitenciária Central do Estado.

Local: Piraquara; População: 900 detentos.

Dependências destinadas às ações de saúde:

duas enfermarias com capacidade para cinco leitos cada uma; posto de enfermagem; uma sala de serviço; laboratório; farmácia; consultório odontológico; três cubículos de isolamento, com pátio, para tuberculose; dependências do pessoal auxiliar; quarto do plantonista e copa.

Recursos Humanos:

dois cirurgiões-dentistas: sob regime de vinte horas semanais cada um, em sistema incremental; quatro acadêmicos de odontologia do sétimo ou oitavo período, em escala de modo que sempre haja orientação profissional; um médico clínico geral, sob regime de vinte horas semanais que além de suas atividade profissionais fará a precepção dos estagiários de sua área; sete acadêmicos do quinto ou sexto ano de medicina, sob regime de plantão de quatorze horas semanais, à noite, observando: entrada às 20 horas e saída do dia seguinte, sendo que as duas horas do final do plantão fiquem reservadas para orientação do médico e discussão dos casos acompanhados durante o plantão; um bioquímico sob regime de vinte horas semanais para responder pela farmácia. Para realização dos exames laboratoriais, instalar um posto de coleta de Amostras; quatro auxiliares de enfermagem em regime de plantão; um agente de saúde para assumir a

chefia da farmácia; cinco psicólogos para planejamento e execução de técnicas grupais; cinco terapeutas ocupacionais para planejamento e criação de setor específico objetivando, através da terapia pelo trabalho, a diminuição do nível de conflitos, na população presidiária; serviços auxiliares que fiquem a cargo dos próprios detentos; doze agentes de segurança; um agente de saúde para auxiliar de farmácia; quatro serventes, encarregados da limpeza da enfermaria; dois copeiros; um auxiliar de escritório, encarregado da secretaria; serviços que não necessitam de pessoal permanente, utilizando periodicamente o pessoal do Distrito Sanitário Metropolitano, em esquema de supervisão no mínimo mensal; educação em saúde; saneamento; tisiologia; dermatologia sanitária; outros serviços à critério da equipe; um técnico de enfermagem sob regime de quarenta horas semanais destinado ao treinamento dos agentes de saúde e supervisão. Fluxo de atendimento:

Todo o detento ao dar entrada no presídio já deve ter feito abreuografia no Centro de Saúde Metropolitano e será avaliado pelo serviço médico e atendido nas suas necessidades imediatas. Deve ser fichado com informes pessoais e familiares, condições e hábitos de vida, dados vitais e condições atuais de saúde. Os tuberculosos deverão ser tratados no próprio presídio com supervisão do tisiopneumologista, salvo raras exceções, necessitando no entanto melhor adequação da área de isolamento existente. Hansenianos deverão ser tratados no próprio presídio, sem necessidade de isolamento, com supervisão do dermatologista. Doenças transmissíveis agudas, devem ser encaminhadas ao Hospital Osvaldo Cruz ou à própria enfermaria. Para os casos especiais, por exemplo, neuro-cirurgia, cirurgia torácica e outras, deverá ser estudado um acordo para referência em hospitais com melhores condições técnicas, tendo em vista a impossibilidade de atendimento no Hospital das Clínicas. Os detentos encaminhados para a Colônia Penal Agrícola, deverão antes passar por uma avaliação médica, somente se efetuando a transferência após constatado bom estado de saúde evitando-se com isso, a sobrecarga no serviço médico da referida Colônia. Estabelecer uma rotina sistemática de atendimentos aos portadores de epilepsia, diabetes, hipertensão arterial, cardiopatias, hanseníase tuberculose e outras de caráter crônico, com atendimento clínico e controle laboratorial periódico, de acordo com cada caso, devendo ser anotado na ficha de evolução clínica do paciente. À cozinha central deverá ser atribuída a preparação de dietas, ficando a copa apenas com encargo de distribuição dos alimentos e preparação de alimentos rápidos como chás e mingaus.

A fórmula e rol de dietas deve recair sobre a enfermagem.

2. - Quanto ao Manicômio Judiciário:-

Capacidade para 200 internos; lotação atual 321 internos, sendo 301 homens e 21 mulheres; precárias as condições de conservação e higiene do prédio.

Recursos Humanos existentes:

dois médicos psiquiatras, sendo um o diretor do hospital e o outro encarregado dos laudos periciais; dois médicos clínicos gerais (segundo relato e do pessoal administrativo, um deles tem aparecido e os outros comparecem esporadicamente); dois médicos cirurgiões gerais que lá comparecem 2ª, 4ª, 6ª e sábados, sendo as cirurgias realizadas preferencialmente neste último dia por não contarem com anestesiológicos fixos e no sábado há maior facilidade de conseguir um com disposição de auxiliá-los. Segundo, ainda informações do pessoal de enfermagem e de administração, esses cirurgiões têm prestado assistência clínica também, ficando-nos a impressão que sua atenção é mais constante que dos clínicos. Quanto ao tipo de cirurgias lá aplicadas são: gastrectomias, hemorroidectomias, correção de fimose, drenagem de tórax, de abscessos, fazendo-se em média de quatro a cinco cirurgias por mês; um neurologista que, pelas informações colhidas, está em cargo de comissão e portanto, afastado da clínica o mesmo acontecendo com o neurocirurgião; um médico ortopedista que não sendo do quadro de pessoal percebe

por tarefas realizadas; um cirurgião dentista que conta com o auxílio de dois acadêmicos de medicina; cinco atendentes de enfermagem, lotados como auxiliares de enfermagem. Quatro estão em escala de 24/48 horas, sem perceberem adicional noturno e risco de vida, e uma, a chefe, em escala de 8/16 horas. Há outra atendente de enfermagem deslocada de sua função pois é a responsável pela sala de costura. À noite uma só atendente cuida dos 321 doentes e durante o dia ficam duas para todos. A limpeza é feita por 52 internos, cuja escolha é feita pela administração e cujo trabalho não é orientado nem supervisionado. A cozinha é atendida por 17 internos liderados por um funcionário responsável. A lavanderia por 4 internos e um funcionário. A horta, atualmente por ordem judicial, tem um funcionário responsável e quando há liberação, por internos também.

Área Física, Lotação, Distribuição de serviços:

Total inadequação na ocupação da área física. Parte-se de uma planta monumental, eleaborada sob a filosofia policialesca, com galerias para guardas armados, celas fortes e surdas, banheiros e latrinas com registro de descarga à distância ou centralizados, cubículos com área aberta por onde entra não apenas o sol e ar desejados mas também o vento frio e a chuva. Há áreas vazias por deficiência de conservação, outras mal aproveitadas e, em compensação, outras abarrotadas como a seguir: na ala feminina, cuja ocupação é inferior à metade de sua capacidade, estão localizados uma copa e um refeitório, o posto de enfermagem (único em funcionamento no hospital e nem poderia ser diferente uma vez que na maior parte do tempo só há um funcionário de enfermagem e assim seria impossível manter dois postos), uma lavanderia com duas máquinas de lavar do tipo doméstico, um pátio com horta, uma sala de costura, uma sala que funciona como depósito de pertences dos pacientes, alguns cubículos ocupados, algumas enfermeiras ocupadas folgadoamente além de áreas ociosas. Na ala masculina a situação se reverte: superlotada. Observamos enfermagem de nove leitos fixos quando sua área seria para seis e mais quatro colchões no chão, pernoitando assim, treze indivíduos no mesmo recinto. Não está havendo um controle clínico, tão pouco psiquiátrico satisfatório ao ponto de perder-se o conhecimento da razão de permanência. Tanto que, em mais de uma visita, o paciente Wilson Alves, removido há dias da Penitenciária Central do Estado para o Manicômio Judiciário a fim de drenar pequeno abscesso perianal que se suspeitava fístula retal o que ainda não tinha sido feito, sob a alegação de recursos do paciente que, assustado com o ambiente, ficou com medo de se submeter a um procedimento cirúrgico, não tendo recebido ainda, qualquer atenção médica, tão pouco burocrática de retorno à Penitenciária Central do Estado. Na visita seguinte, que se deu em seguida, o paciente Wilson Alves foi encontrado na "tranca" como castigo por ter denunciado aos visitantes sua situação e pedido de ajuda. Os pacientes psiquiátricos tomam indefinidamente a mesma medicação por ocasião da internação, não sendo revalidados quanto os seus efeitos ou indicações. Existe um numeroso grupo de pacientes rotulados como irre recuperáveis e em condições miseráveis de vida. Nas fichas clínicas (examinadas ao acaso) não há anotações quanto ao diagnóstico, intercorrências ou evolução. A planta de construção do Manicômio Judiciário não está amplamente voltada ao aspecto médico-social do paciente detento. Não há consultórios médicos, nem postos de enfermagem. O sistema só diz de reclusão e marginalização dos pacientes. Apesar dos avanços no campo de psiquiatria e ressocialização no Manicômio Judiciário deixa muito a desejar. Com relação à farmácia: está em desacordo com a legislação por não ter bioquímico responsável; seu estoque contém quase que exclusivamente medicações adquirida na rede comercial, sendo mínima a relação procedente da Ceme-Central de Medicamentos, tornando-se por isso bastante cara a sua manutenção; na lista de pedidos para este segundo semestre, observam-se medicações em desuso, superposição de produtos

com a mesma fórmula.

PROPOSTA PARA O PRONTO SOCORRO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE CURITIBA.

Local: Manicômio Judiciário do Estado de Piraguara.

População Alvo: Detentos do Sistema Penitenciário de Curitiba. Dependências destinadas para esse fim: utilizar a ala onde atualmente estão localizadas a farmácia, sala de enfermagem, psicomетria, serviço social e o próprio bloco cirúrgico. Nessa ala teríamos então: sala de curativos e suturas, sala de gesso, sala de limpeza e esterelização de material, consultório médico, pelo menos duas enfermeiras, posto de enfermagem que terá medicação para as urgências clínicas, cirúrgicas e psiquiátricas que chegam ao Manicômio Judiciário, quarto de plantonista, com banheiro.

Recursos Humanos:

oito médicos clínicos gerais, dois médicos cirurgiões gerais, dez acadêmicos de medicina, um bioquímico, um enfermeiro com especialização, dois anesthesiologistas, quatro auxiliares de enfermagem, um agente de saúde para a farmácia, um técnico em raio-X no Hospital Aduato Botelho completando o horário já existente, serviços auxiliares que contarão com internos treinados pela técnica de enfermagem e pelo enfermeiro após a triagem, agentes de saúde, quatro serventes para limpeza do pronto socorro, um auxiliar de escritório para a secretaria.

3.- Colônia Penal Agrícola

Para esta unidade a proposta é treinar quatro detentos para atendimentos mais simples e de urgência e manter um auxiliar de enfermagem que os supervisionará e será encarregado do posto de medicamentos, que conterá apenas sintomáticos e material para curativos simples. Casos que necessitem de maior atenção irão ao pronto socorro do Manicômio Judiciário.

4. - Prisão Provisória de Curitiba

Idêntica proposta relativa à Penitenciária Central do Estado, no entanto, como a população desta casa é flutuante e de curta permanência em grande parte dos casos, desnecessária a presença de tantos terapeutas ocupacionais.

Do exposto vemos que, com profissionais das diversas categorias será assistida a população de características muito especiais qual seja a carcerária e a reclusa de aproximadamente 2.200 pessoas cuja ressocialização é o objetivo principal desta proposta. Temos ainda, a observar, que os serviços auxiliares todos serão executados pelos próprios internos excluindo-se portanto a maioria dos gastos com manutenção, dando a essas atividades, duplo valor: contribuir com a terapia ocupacional e diminuir os gastos. Uma vez implantada a proposta diminuirão consideravelmente os problemas com a segurança nessas casas de detenção, pois estaremos dando condições humanas de vida, haverá reflexo beneficiando tanto dentro como fora pois tal comportamento, com certeza, gerará atitudes mais adequadas dos detentos ao serem postos em liberdade.

Os últimos e recentes motins carcerários nos dão conta do desespero que se jogam contra grades, despencam por lençóis, chocam-se contra guardas de segurança na ânsia de obter armas para fugas. As duras penas constroem túneis na calada da noite, usando como ferramentas, metais eslitizados que lhes rebenta com as mãos. Objetivo: lutar pela liberdade mesmo que lhe custe a vida que pouco vale no presídio, porque não vai durar enquanto apenado. As rebeliões registradas em nossas casas de detenção causam muito maiores prejuízos materiais aos nossos presídios que as metas de melhoria, ampliação, humanização, mecanismos de recuperação penal aplicadas pelos nossos Governos em favor do Sistema Penitenciário. É mais útil o erário público ocorrer com reformas e ampliações de presídios ao deixá-los apodrecendo e carcomidos pelo tempo, por motins e rebeliões, focos de instalação humana que por decisão da sociedade paga por suas imperfeições. Este trabalho que desenvolvo em favor da humanização, aprimoramento e melhoria do sistema de prisões, conta com a prestigiosa colaboração da Fundação da

Saúde Caetano Munhoz da Rocha através de seus setores de Vigilância Epidemiológica e o Laboratório de Pesquisas Biológicas a que agradeço em nome do conjunto de detentos que um dia hão de agradecer uma sociedade inteira com trabalho, paz e reconstrução de seus módulos familiares.

Tenho dito."

O SR. RUBENS BUENO - V.Ex.^a permite um aparte? (Assentimento).

V.Ex.^a traz, nesta tarde, um pronunciamento denso, está de parabéns e é interessante que se diga que, nestes últimos anos o Paraná não teve sequer, um presídio inaugurado, nos últimos 30 anos. Tanto é verdade, que o presídio que foi mandado construir em Londrina, carregado de irregularidades, carregado de problemas na sua construção, denunciados por técnicos de Ministério da Justiça, faz parte, até, do requerimento que está sendo apreciado pela CPI da corrupção, diante de tudo isto, V.Ex.^a traz um assunto bastante sério, com dados, aqui a dizer e a mostrar a esta Casa que, o Paraná está acéfalo com relação a penitenciárias, com relação à atenção ao presidiário!

Está de parabéns V.Ex.^a, em nome do PMDB.

O SR. NELSON VASCONCELLOS Agradeço o aparte do nobre deputado. Fazemos votos que se concretize esta proposta, para que possamos, doravante, humanizar e democratizar os presídios do Paraná.

O SR. NILSO SGUAREZI - V.Ex.^a permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado, gostaria de me inserir no pronunciamento de V.Ex.^a através deste aparte, que tenho acompanhado, acompanhei-o inicialmente, pelos microfones da Casa, e agora de plenário. Fiz questão de vir aqui, para apartear-lo.

Efetivamente o tema abordado por V.Ex.^a é de atualidade, ontem mesmo eu assistia, pela televisão, uma entrevista do Governador Brizzola, na Guanabara, em que ele dava as explicações de um novo motim ocorrido no Rio de Janeiro onde houve 9 vítimas, 9 mortes, atribuindo-se a essas mortes, uma guerra das quadrilhas existentes e confinadas nos presídios.

Temos diariamente, pela imprensa, assistido esse quadro tétrico e dramático, do sistema penitenciário brasileiro - motins em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, enfim, este câncer verdadeiramente, não é específico do Paraná, é de âmbito nacional. Agora V.Ex.^a vem com uma proposta concreta e eu o parabeno por isto, porque dá a contribuição necessária dos que estão apresentando soluções para o problema, muito embora essas soluções - no seu entendimento - deveriam ter partido do Ministério da Justiça que há muito tempo está fazendo estudos, comissões, detalhamentos e uma promessa que vem se arrastando no tempo e que não consegue se concretizar em nada palpável e concreto.

Então eu me parabeno com V.Ex.^a que traz de maneira concreta, uma possível solução para o problema. Portanto, meus parabéns a V.Ex.^a, que traz valiosa contribuição que faz, em nome da nossa bancada.

Muito obrigado.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Agradeço, nobre deputado, o seu aparte, que só vem enriquecer o nosso pronunciamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) - Consulto à Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao senhor deputado Djalma de Almeida Cesar.

(Ausente).

Concedo a palavra ao senhor deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - senhor presidente senhores deputados. (Lê)

" Em 12 de agosto deste, em nota assinada pelo vice-presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, Osvaldo Euclides Aranha e publicada pelo jornal "O Estado do Paraná", continha a acusação à Companhia de Financiamento

da Produção e às cooperativas de agirem como atravessadores na comercialização do milho que, em vez de ser entregue aos interessados diretamente, era vendido na Bolsa de Mercadorias, isto é, aos comerciantes comuns, prejudicando os pecuaristas de leite suinocultores, avicultores e agricultores. Dizia ainda a nota. Os comerciantes comuns compravam na Bolsa e levavam para o Rio Grande do Sul ou São Paulo, para depois revender o milho a preços exorbitantes. As acusações do engenheiro agrônomo Osvaldo Aranha iam mais longe: dizia ele que ao afirmar que não faltaria milho, as autoridades e lideranças cooperativistas estavam falsando a verdade.

Em 19 de agosto, o jornal "O Estado de São Paulo" publicava notícia com o título EXPORTAÇÕES DE MILHO AMEAÇAM OFERTA INTERNA. Dizia a nota: As exportações de milho pelo Porto de Paranaguá já atingiram este ano, 437 mil toneladas e estão causando preocupações entre os consumidores brasileiros porque este é o maior volume exportado nos últimos cinco anos e ocorre exatamente num ano de frustração da safra tanto no Sul quanto no Nordeste. A previsão otimista de produção de milho originou contratos pela S.A Costa Pinto Exportação para a venda de 600 mil toneladas e ainda permitiu assinatura de um protocolo de intenções com a União Soviética para a venda de mais de 500 mil toneladas. Com a frustração da safra a oferta diminuiu, mas a teimosia do governo imperou e foram exportadas quase 500 mil toneladas de milho.

Em 20 de agosto, criadores reclamavam novamente da CFP, liberação de 200 mil toneladas de milho.

Em 23 de agosto, a Secretaria da Agricultura reforçava pedido já feito ainda em abril ao Ministro da Agricultura Amaury Stábille de liberação de milho para o Paraná. Voltava a insistir na proposta feita pelo Governador José Richa ao Ministro que solicitava fosse entregues aos agricultores, quantidade suficiente e por um preço que equivaleria ao preço da compra, mais os custos de armazenagem e mais a correção monetária.

Em 25 de agosto, apesar das críticas dos criadores, a CFP leiloava naquele dia na Bolsa de Mercadorias do Paraná em Curitiba, mais 30 mil toneladas. Reclamavam ainda os criadores, que a CFP estipulava o prazo para os criadores de apenas um dia antes do leilão, assim não havia prazo para que eles se aglutinassem e fizessem suas compras através das associações. Enquanto criadores passaram angústias, criou-se um verdadeiro carnaval a nível de Governo Federal para liberação de milho.

Qual é o papel da CFP - da comissão de financiamento da produção? O papel teórico é o da regularização do mercado, tanto para o produtor como para o consumidor. Sendo que esta organização tem como instrumento básico o preço mínimo, ou seja, quando os preços estão abaixo do nível de mercado, ela entra comprando produtos ou emprestando recursos aos agricultores até que esses preços se normalizem.

Teoricamente, a CFP tem esse papel porque, na prática, observamos que além disso não acontecer, tornou-se esse órgão no Paraná um agente especulador. Isso é muito grave e não faríamos esta afirmação, se não tivéssemos condição de caracterizá-la.

Iremos exemplificar: A produção de milho no Paraná, safra 82/83, era destinada em 5 milhões e 700 mil toneladas. Haveria então, uma sobra de 1 milhão e 200 mil toneladas. Vejam a frustração de safra e uma quebra de 800 mil toneladas. Tradicionais compradores - Santa Catarina e R. Grande do Sul - também tiveram quebra. Então, a oferta passou a ser menor ainda.

Previendo essa situação de escassez e as gravíssimas consequência para nossa pecuária, ainda em maio, fomos até Brasília. O Governador José Richa acompanhado do Secretário da Agricultura Klaus Germer e mais membros da Comissão de Agricultura, onde foi solicitada a imediata colocação dos estoques CFP junto às cooperativas e associações de produtores. Colocação que se faria através da venda aos pecuaristas pelo menor preço do produto adquirido pela CFP aos agricultores, que foi de

Cr\$1.970,00 a saca, acrescido dos custos operacionais mais a correção monetária. Solicitou-se ainda, a não colocação dos estoques na Bolsa de Mercadorias. Foi prometido estudo e logo depois a CFP abriu leilões nas Bolsas para a venda de milho, ignorando as aspirações do povo do Paraná.

Quais, no entanto, são as características da CFP como especuladora? Temos duas e iremos exemplificar:

O milho adquirido a Cr\$1.970,00 a saca, foi vendido no último leilão a mais de seis mil cruzeiros pela CFP, com uma diferença de mais de quatro mil cruzeiros, em 6 meses, 200% em 6 meses. Além disso, a ação da Bolsa dá acesso a especuladores e multinacionais que fabricam ração, gerando falta de milho na praça e ocasionando preços exorbitantes aos consumidores.

Tem ocorrido ainda, como segunda caracterização, uma política que quando há abundância do produto a CFP, ou seja, quando a safra é boa, a CFP faz EGF. EGF é empréstimo do Governo Federal. O que é EGF?

EGF é uma operação em que o produtor recebe financiamento, mas continua em poder do produto. Arca com isso com ônus da armazenagem e com riscos da venda futura. Ou seja, nas condições de uma grande safra a possibilidade de obter excelentes preços é remota.

Quando no entanto ocorre uma frustração de safra, quando há escassez, quando a produção é menor que a demanda e quando há perspectiva de uns bons preços no futuro, a CFP não faz EGF. A CFP faz AGF, ou seja aquisição pelo Governo Federal.

O que é aquisição pelo Governo Federal? É outra operação, só que nesta quando a CFP paga o preço mínimo ao produtor ela passa a ser dona da mercadoria com todos os direitos de comercialização futura e dos lucros advindos como ocorreu no caso do milho a entregar o milho, pois são alocados recursos apenas para a AGF e não para EGF.

O Sr. Edgar Pimentel - V.Ex.^a me permite um aparte? (Assentimento) deputado Paulo Furiatti, V.Ex.^a traz a esta Casa um assunto de maior importância, da maior relevância e que atinge em cheio os interesses maiores do nosso homem do campo, do nosso criador. E só para ilustrar ainda mais o pronunciamento que V.Ex.^a traz esta tarde a este Poder.

Ainda ontem tomamos conhecimento através do Jornal Nacional, de que a Bolsa de Mercadorias cotou o milho em nove mil cruzeiros, cerca de 500% acima do preço visto há poucos meses atrás.

De sorte que interpretando os anseios maiores das cooperativas agrícolas, dos criadores de aves, de suínos, queremos parabenizar V.Ex.^a por este oportuno pronunciamento que faz nesta hora aqui na Casa, porquanto entendemos ser este pronunciamento da definição e que se coaduna perfeitamente com os interesses desses criadores e das cooperativas citadas.

O SR. PAULO FURIATTI - Agradeço o aparte do nobre deputado que conhece a profundidade os problemas da terra, da nossa agricultura e do agricultor e sem sombra de dúvida veio acrescentar pontos positivos no nosso pronunciamento.

Mas continuando: São três consequências dessa política da CFP para nós. Uma para o setor da produção, outra para o consumidor e outra para o Estado.

Qual é a consequência do efeito deste tipo de ação política da CFP? Para o produtor - O suinocultor está perdendo vinte e cinco mil cruzeiros por cabeça produzida, isto porque a relação de custo é de que cada cruzeiro de milho consumido há necessidade de oito vezes o preço da venda do quilo do suíno. Com o milho a cem cruzeiros o quilo, o quilo do suíno deveria estar em oitocentos cruzeiros quando hoje está na base de Cr\$550,00.

O avicultor por outro lado tem um prejuízo de cinquenta cruzeiros por cabeça produzida.

O agricultor que produziu e em julho já havia vendido mais de 60% da safra, para a CFP, não recebe as vantagens do aumento de preço, pois sendo obrigado a saldar os compromis-

sos e não conseguindo fazer o EGF teve que vender à CFP a preços de Cr\$1.970,00 a saca.

Em face dessa situação, estima-se que para 1984 haverá uma queda de 20% na produção suinícola e de 30% na avicultura. Qual é a consequência para o consumidor? Na situação de recessão econômica em que vive o país, onde caracteriza-se o bárbaro achatamento salarial, imaginem-se, senhores deputados, quando esses custos absurdos de produção forem repassados totalmente ao consumidor, consumidor que já não tem acesso às fontes de proteínas necessárias para a sua nutrição, no ano que vem não terá acesso nem pelo poder aquisitivo, mas pela falta do produto.

Quais as consequências para o Estado da política da CFP? Uma redução de 20% na produção de suínos causará uma queda da arrecadação diretamente de ICM de três e meio bilhões de cruzeiros no ano. Somando-se a isso a queda da arrecadação provinda da avicultura, a diminuição de exportação de frangos e o desemprego gerado no setor, podemos vislumbrar os gravíssimos problemas econômicos e sociais.

Com a inviabilização das pequenas propriedades, o êxodo aumentará. Seria toda essa gama, no entanto, gerado pela CFP? Na verdade, todos esses problemas estão embutidos no modelo da política agrícola. Porém, a CFP faz parte dela, principalmente de quando, irresponsavelmente, não toma uma ação concreta em relação ao milho que, neste caso, é responsável por 80% do custo da alimentação pecuária, sendo que esta alimentação representa 80% do custo final. O órgão incumbido de resolver o problema apenas agravou.

O que nos espera o futuro? Estamos a acompanhar a intensa produção de milho, campanha que encontra respaldo nos atuais preços do mercado. Infelizmente, no entanto, verificaremos, mais uma vez, no futuro que objetivamente nosso agricultor não terá os benefícios apregoados. E vejamos porquê: Se a suinocultura, em conjunto, representam 70% de milho consumido e está sofrendo uma drástica redução conforme irá acontecer, para quem e a que preço nosso produtor de milho irá vender o seu produto? Haverá sobra de milho e quem garante que o Governo Federal não irá a público informar que novas importações de milho se farão à custa do nosso mercado interno?

Informações de jornais de hoje dão conta que o presidente da CFP confessou não possuir praticamente estoque algum. A informação de que ele vai colocar quinze toneladas de milho na Bolsa é verdadeira, mas quinze toneladas de milho perto das seiscentas mil que nós precisamos é absolutamente nada. Então se está fazendo um aparato de que alguém foi a Brasília conseguir milho, quando não é verdade. Tanto não é verdade que está em andamento a importação de setecentos mil toneladas de milho para suprir nossas necessidades.

Este milho chegará às nossas mãos por nove mil cruzeiros; o agricultor do Paraná...

O Sr. Tércio Albuquerque - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. PAULO FURIATTI - Vendeu (deixa eu concluir meu raciocínio) a mil novecentos e setenta cruzeiros; depois de exportar, estão importando setecentas mil toneladas.

As mesmas autoridades que importaram são aquelas que exportaram, são aquelas que importam setecentas mil toneladas, e fomos obrigados a assistir por tanto tempo as "fanfarrônicas" e "piruetas" da CFP no Paraná. E que agora, quando a máscara cai, soltamos o grito de discordância e, publicamente cobramos as responsabilidades que as autoridades federais não fazem questão de cobrar, mas que o povo, no seu devido tempo, saberá cobrar item por item, ponto por ponto.

Concedo o aparte ao nobre deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Deputado Paulo Furiat-

ti, estamos acompanhando, com muita atenção, o pronunciamento que Vossa Excelência faz, nesta tarde, e concordamos em parte com suas palavras, com suas exposições. Entretanto Vossa Excelência peca em dizer que não está se conseguindo milho para o Paraná. Atendendo um pedido e uma reivindicação da Associação dos Avicultores do Paraná, o doutor Mário Stadler de Souza, pessoa respeitabilíssima deste Estado, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, por telegrama e telefonicamente, ele ontem confirmava que através dos órgãos competentes do Governo Federal, na próxima semana, já haverá aqui neste Estado um leilão para que o milho seja adquirido pelos avicultores do nosso Estado.

Vossa Excelência faz uma explanação muito bonita, correta, mas lá no meio peca. Só queria fazer este reparo e parabenizá-lo pelo seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Mesa concede a Palavra ao senhor deputado Djalma de Almeida César.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

"Neste dia 15 de setembro, a Região dos Campos Gerais do Paraná — como de resto todos os outros quadrantes do Estado — ergue-se, uníssona, para festejar a cidade de Ponta Grossa nos 160 anos de elevação à Freguesia.

Diante de tamanho acontecimento, não poderíamos ficar calados, ainda mais pelo fato de que esta progressista e obreira cidade nos elegeu um de seus representantes nesta Casa, pois dos mais de 43 mil votos obtidos nas eleições de novembro passado, cerca de 25 mil expressam a vontade do povo ponta-grossense. E, neste momento, abro um parêntese, para uma vez mais agradecer esta demonstração de apoio, que nos colocou no posto de deputado mais votado na história política do município.

Nestes tantos anos já vividos, muitas jornadas foram vencidas sob a inspiração da Senhora Sant'Ana. E para trazer à memória os interessantes aspectos princesianos, numa ligeira comparação, tomamos como ponto de referência o passado, que foi ontem, o presente, que é hoje, descortinando um marco expressivo na jornada para o futuro, que será o amanhã.

Foi em 1.704, que surgiram os primeiros povoadores: José de Góis e Moraes, filho do paulista Pedro de Almeida Taques, que, com seus cunhados Bartolomeu Pais de Abreu e Antônio Pinto Guedes, vieram tomar posse das sesmarias da Conceição e do Rio Verde, que abrangiam o território compreendido entre os Rios Jaguaricatú e Iapó; Rios Verde, Pitanguí e Tibagi.

Outros povoadores apareceram depois. Os primeiros ranchos surgiram e começaram a servir de pouso para os tropeiros vindos do Sul ou regressando de São Paulo.

A cidade nasceu num ponto estratégico, por onde passava o primeiro caminho do progresso. Adquiriu depois a missão de ser entroncamento de todos os caminhos, que fizeram a prosperidade do Sul e garantiram a integridade da Pátria.

Desde a chegada dos primeiros povoadores, muitos homens, homens de todas as latitudes e longitudes realizaram o que possuímos hoje.

A História de Ponta Grossa confunde-se com as de tantas outras cidades que nasceram do bandeirantismo e do roteiro das tropas que do Sul distante, das fazendas de São Paulo, com gado para criação e corte, e muare para o trabalho pioneiro de desbravar e conquistar a imensidão brasileira.

Registraram os anais da época que os primeiros civilizados que cruzaram o solo ponta-grossense foram os componentes das "Bandeiras" de Aleixo Garcia, em 1.526, e a de

Pedro Lobo e Francisco Chaves, em 1.531, no alvorecer do Brasil.

Outros tantos foram se registrando, sucessivamente, até que raiou o dia 15 de setembro de 1.823, quando foi criada a Freguesia de Ponta Grossa.

Pela Lei de 7 de abril de 1.855, foi elevada à categoria de Vila e Município; tendo alcançado foros de Cidade em 24 de março de 1.862.

Senhor presidente e senhores deputados.

Ponta Grossa, cognominada a "Princesa dos Campos", cresce horizontal e verticalmente, como a desafiar os incrédulos e os derrotistas de última hora, porque foi dessa atividade edificante, persistente e corajosa, que nasceu da mata espessa de então o cenário portentoso de hoje.

Apesar de tudo, apesar de nossas dificuldades atuais, Ponta Grossa procura desvencilhar-se do pessimismo de alguns, para palmilhar, com passos de gigante, o caminho do progresso e da redenção.

Falando dos fatos ligados a sua primeira fase; citando os bandeirantes que foram os primeiros homens civilizados a percorrer a pé o seu território; relatando o primeiro povoamento da região; lembrando os tropeiros que iam a São Paulo e paravam nas terras da atual Ponta Grossa — nada mais fizemos do que rememorar esses acontecimentos históricos, com euforia, respeito e profunda gratidão.

Tais fatos, na verdade, vieram situar Ponta Grossa no pretérito, transportando-a ao futuro que a espera, como centro de radicação de primeira grandeza e como pólo convergente da região dos campos gerais.

Senhor presidente e senhores deputados:

Ao encerrar nossas palavras, desejamos oferecer à Capital Cívica do Paraná, no dia glorioso de seu aniversário, os nossos mais entusiasmados aplausos. Saudamos sua gente, um povo que tem sabido conquistar com bravura cada novo amanhã. A Ponta Grossa — Capital Cívica do Paraná e ao seu povo, a nossa homenagem no dia do seu aniversário.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Consulto à liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — (Pela Ordem) — Deputado Gilberto Carvalho por 10 minutos e os restantes 20 minutos com o deputado Odeni Mongruel.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Senhor presidente e senhores deputados.

Não pretendia voltar à tribuna para tratar deste assunto. Mas, depois do pronunciamento, ontem do deputado Rubens Bueno, em que comentava a denúncia que fiz sobre a Ciretran de Barbosa Ferraz, e a publicação nos jornais de hoje como o "Diário Popular", que traz o seguinte título: "Bueno diz: Carvalho mentiu".

No comentário, de acordo com as suas notas taquigráficas de ontem, muitas vezes têm sido proferidas acusações injustas contra elementos componentes de nosso Estado.

E outro trecho, "acusações inverídicas e maldosas proferidas dias atrás por um deputado do PDS, Gilberto Rezende de Carvalho", palavras caluniosas do nobre parlamentar da Oposição".

E traz ainda comentário de que são inverídicas as denúncias proferidas contra o chefe da Ciretran de Barbosa Ferraz, pessoa honesta, digna do cargo que ocupa e que não podemos deixar de sentir uma onda de revolta invadindo-nos.

Cumpri com a minha obrigação quando eu recebi a comunicação de Barbosa Ferraz de irregularidades na Ciretran naquela cidade.

Caberia ao Governo através do Detran, averiguar e se

na realidade fosse inverídica a denúncia que trouxe, desmascarar o deputado que trouxe aqui denúncias infundadas.

Mas, primeiro teria que a Comissão fazer um levantamento e apurar, não vir aqui e justificar e querer salvar o chefe da Ciretran, sem ter ainda o resultado positivo.

Eu fiz a denúncia do chefe da Ciretran, não sei se há mais envolvidos. Se tiver, que paguem os envolvidos que estejam nela.

Agora, cabe ao Governo apurar e punir os responsáveis, se houver a falha feita conforme a denúncia que eu proferi.

Mas, eu vou hoje trazer de público o que eu ainda não havia feito. Porque, quando eu recebi a denúncia de Barbosa Ferraz, perguntei à pessoa que me encaminhava esta denúncia se tinha documentos e quais seriam esses documentos. Eu só vim para a tribuna depois que eu tomei conhecimento do que possuía.

E hoje, como disse, não pretendia voltar mais ao assunto. Mas, hoje eu volto, porque não posso passar por mentiroso e trazer aqui denúncias infundadas.

O primeiro documento que eu apresento à Casa, é uma ordem de pagamento de Paranavaí, no valor de um milhão de cruzeiros, em favor de João Batista de Almeida. Aqui, quem está mandando, diz, é o mesmo.

Mas, eu acho que lendo um trecho da carta encaminhada pelo delegado do PMDB de Barbosa Ferraz, esclarece tudo.

Esse é um trecho da carta lida na Rádio Educadora de São João do Ivaí. (Lê):

"Barbosa Ferraz, 27 de agosto de 1.983.

Prezado Joanilson:

Venho através desta, pedir que seja lido através da Educadora, Rádio que você comanda, e que através de seu proprietário ODÍLIO BALBINOTI, foi denunciado carteiras de motoristas, frias em Barbosa Ferraz.

Tudo começou, quando, João Batista de Almeida, solicitou ao senhor prefeito Arnaldo Coneglian e do consenso político de Barbosa Ferraz, a chefia da Ciretran de Barbosa Ferraz.

Não demorou muitos dias, fui procurado por um amigo, que disse que João Batista estava com muita fome, e "queria comer o bolo sozinho", e que se isso acontecesse, ele iria denunciá-lo, que João disse "que também estava esperando um carro" e que teria emprestado um milhão de cruzeiros, de um amigo em Campo Mourão, a juros de 5 por cento, e que ele não estava acreditando nessa estória, e que este dinheiro já era propina, paga para fazer trambique.

Como fundador do Partido e delegado, procurei tomar algumas providências necessárias, coloquei alguém na expectativa, e foi constatado que entre 16 e 17 de julho, João Batista, telefonou do seu escritório para o ex-chefe José Augusto, pedindo o telefone do senhor Joaquim de Paranavaí, dono de uma auto-escola. De posse do telefone, que é 22-1512 ou 22-0371, ou ainda 22-0614, João ligou para Paranavaí e ficou acertado um milhão de cruzeiros, em troca de trezentas carteiras para serem feitas de agosto em diante.

Para provar a fraude de João Batista, temos em mãos uma fotocópia, de ordem de pagamento, do Banco Bamerindus de Paranavaí para o Bamerindus de Barbosa Ferraz, datada em 20.07.83, em nome de João Batista de Almeida.

Constatadas essas irregularidades, procurei João Batista, e disse a ele toda a verdade que sabia sobre o caso. João Batista apavorado dentro do meu carro, tentou desmentir, mas logo voltou atrás e disse: "Vou contar a verdade", e assim procedeu, dizendo que tinha feito 57 carteiras para Campo Mourão a sete mil cruzeiros cada, e que o milhão de cruzeiros, que eu sabia, ele teria emprestado de sua amiga de nome Neuza, que morava em Ivaiporã. Percebi que estava mentindo e pedi que dissesse a verdade. João voltou atrás e

disse que a ordem era de Paranavaí, e Neusa, é dona de uma auto-escola em Paranavaí. Disse que seu conceito era muito bom em Curitiba, e que sobre as 57 carteiras de Campo Mourão, ele havia falado com doutor Mário Stan, porque Barbosa Ferraz não tinha média e teria que fechar a Ciretran, justificando assim toda sua trama.

Procurei o senhor prefeito Arnaldo Coneglian e relatei os fatos. O senhor prefeito pediu-me para esperar... que ele voltasse de Curitiba, para reunir o Partido, e "que a roupa suja se lava em casa".

O Partido não foi reunido, e a roupa continua suja.

Agora venho pedir de público ao senhor prefeito, que a roupa seja lavada, enxaguada, secada e guardada, e que ele, prefeito do PMDB, não vista essa roupa suja, para não acabar com um Partido que nada fez por ele, a não ser perseguir quando era prefeito da Arena.

Assinado.

Mozart Silva

Delegado do Partido."

Esta foi a carta que eu recebi. Tenho aqui também fotocópias de carteiras de motoristas, quando eu falei lá em Ivaiporã, a identidade é do Estado de São Paulo, as carteiras foram expedidas, tem o endereço dos moradores, mas aqueles endereços não existem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa Excelência permite nobre deputado?

O SR. GILBERTO CARVALHO — Esses são os documentos que eu tenho em mãos, mas recebi também hoje da 1ª Vara de Curitiba um dado que eu acho importante. Curitiba com 800 mil eleitores expede mensalmente 1.200 habilitações por mês. Barbosa Ferraz, incluindo Quinta do Sol e Fenix, tem 22.800 eleitores, nesta média deveria expedir 40 carteiras de habilitação por mês, como o nobre deputado Rubens Bueno disse ontem aqui, que foi expedido no mês de julho 218 carteiras. O crime, se é um ou dez, é crime. A falha houve, a irregularidade houve.

Concedo o aparte ao deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência e não quero entrar no mérito da questão que Vossa Excelência trouxe e que está reiterando à Casa.

Mas o que não posso aceitar, eu que convivi com Vossa Excelência nesses 12 anos, conheço a atuação de Vossa Excelência, conheço seu caráter, e sei que é um dos melhores que conheci na minha vida, não posso aceitar que nenhum Parlamentar venha a dizer que Vossa Excelência é um caluniador.

Vossa Excelência está provando agora, matou a cobra e está mostrando o pau.

Agora, com relação à expedição de carteiras frias, eu estou admirado com a inocência, com a veleidade de alguns deputados do PMDB em tentar acabar com a corrupção neste setor, aqui no Paraná. Ninguém conseguiu. Veja agora o ex-candidato do PMDB, em Faxinal, Juarez Barreto, está sendo acusado nominalmente pela imprensa, no Norte do Estado, de ter expedido 3 mil carteiras frias, e é um homem do PMDB. Então, ninguém acaba com a corrupção. Nós não podemos culpar o Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — A Presidência informa a Vossa Excelência que estão esgotados os 3 minutos...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço a Vossa Excelência, nobre deputado Gilberto Carvalho. Se nós fôssemos citar aqui todos os casos de corrupção já ocorridos no atual Governo, não no Governo em si — Governador e seu Secretariado que

quanto a isso não posso afirmar nada, mas dos homens do PMDB neste Estado — nós ficaríamos aqui a tarde toda. De maneira que isso é verdade, inocência ou inexperiência de alguns deputados do PMDB, em vir defender ladrões aqui dentro do Plenário.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Concluindo, senhor presidente, eu pediria ao nobre deputado Odeni Mongruel que me concedesse dois minutos para que eu pudesse conceder um minuto ao deputado Rubens Bueno e concluir o meu pronunciamento.

O deputado Erondy Silvério fez referência a Faxinal. Parece que não querem apurar mesmo as irregularidades, porque no caso de Barbosa Ferraz, eu fiz a denúncia. Eu agradeço as palavras de Vossa Excelência, mas o caso de Barbosa Ferraz é fichinha perto do que aconteceu em Faxinal, em Ivaiporã e parece que em Apucarana também. Mas eu não denunciei porque eu não tenho documento. Só denunciei o que eu podia provar.

O SR. RUBENS BUENO — O documento que Vossa Excelência tem, é um documento de um cidadão que fez uma denúncia na Rádio de São Pedro do Ivaí e São João do Ivaí, de propriedade do senhor Odílio Balbinoti, ex-prefeito de Barbosa Ferraz, do PDS, ..

O SR. GILBERTO CARVALHO — A carta é do delegado do PMDB ...

O SR. RUBENS BUENO — ...feito à Rádio do senhor Odílio Balbinoti, ex-prefeito do PDS, de Barbosa Ferraz, homem altamente implicado em diversas irregularidades no Município de Barbosa Ferraz. O que nós estamos aqui ... (pronunciamentos paralelos) ... aliás, antes de fazer o pronunciamento e Vossa Excelência, disse que não poderia estar aqui porque tinha compromisso.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Exatamente.

O SR. RUBENS BUENO — Mas diante disso, é bom que se diga que o Diretório Municipal do PMDB se reuniu, e por unanimidade dos seus membros decidiu pela sindicância da Ciretran da Barbosa Ferraz, mas não só nos últimos três meses, também nos anos anteriores, envolvendo o filho do Presidente do PDS da gestão do senhor Odílio Balbinoti, dono da Rádio de São Jorge do Ivaí. Como Vossa Excelência cedeu-me um minuto, eu não posso falar das falcaturas a nível de Detran, a nível estadual, que ocorreram com milhares e milhares de carteiras expedidas.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Espero que conclua a sindicância e que traga ao público a irregularidade. Eu denunciei, agora, a apuração cabe ao Governo.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Por 17 minutos, concedo a palavra ao senhor deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Senhor presidente e senhores deputados.

Inicialmente quero registrar desta tribuna, que no dia de amanhã, o município de Ponta Grossa estará completando 160 anos de emancipação política. A propósito desse evento, o deputado Djalma de Almeida Cesar discorreu sobre o significado dessa data, e da importância das comemorações do dia de amanhã na nossa cidade de Ponta Grossa.

Quero destacar a fala do ilustre companheiro, deputado Djalma de Almeida Cesar e quero tomar a liberdade de incorporar-me à sua manifestação, estendendo daqui também, o meu aplauso e o meu cumprimento ao povo da nossa cidade, na certeza de que este registro se faz imperativo de uma cidade que

procura, através da concórdia e da compreensão das suas elites, reencontrar o seu verdadeiro caminho.

Atendendo recomendação do Governador do Estado, no dia 29 de agosto, o Secretário Chefe da Casa Civil, encaminhou aos deputados nesta Casa, a versão preliminar do plano de ação do governo, para o período 83/86, com a finalidade de ser examinado de forma mais apurada, conforme expressa o encaminhamento, documento esse que será submetido oportunamente à aprovação deste Poder Legislativo.

Salientou-se que, até então, as opiniões a respeito do referido plano por parte dos deputados do PDS, tinham como referências, as próprias manifestações de eminentes companheiros deste Poder, e integrantes da Bancada da Situação, e que já haviam comentado sobre aspectos observados na elaboração do referido documento, bem como, valiam-se também de matérias propagandistas, veiculadas na imprensa paranaense por iniciativa do Governo, com objetivo de chamar a atenção da opinião pública, e que forneciam as primeiras impressões, quanto as intenções e propósitos da atual administração atual.

Reclamado e aguardado, ainda que não em caráter oficial, o Plano de Ação do Governo do PMDB, acima entendido, chegou a esta Assembléia, com uma certa defasagem, no calendário político administrativo, quando já atingíamos cerca de seis meses do atual governo, e aproximadamente dez meses do pleito eleitoral de novembro de 82, ocasião esta em que as urnas definiram a quem caberia a responsabilidade de dirigir os destinos do Paraná no período 83/86.

Durante os meses que transcorreram da apuração dos resultados das eleições, a posse do novo Governo, os compromissos de campanha absorveram integralmente as atenções do Governador, ficando, conseqüentemente, as medidas de organização da nova administração, relegados a um segundo estágio. Deixou-se portanto, nesses meses, de significar de forma mais detida, a dimensão e responsabilidade de administrar, e em especial, o Governo do Estado do Paraná, face às tendências da economia paranaense nacional.

Os primeiros meses após a posse do novo governo, em que se fez sentir a falta de unidade de comando, a indecisão e insegurança, comprometeram o desempenho da ação governamental, oferecendo com isto, a impressão de que o Paraná, estava sendo dirigido por um grupo de anônimos, e não por quem foi constituído para exercê-lo.

No Estado do Paraná, essas medidas científicas administrativa e política de adoção de planos e programas, como documentos de execução de planejamento do governo, foram práticas adotadas em administrações anteriores, de forma sempre consciente e responsável, o que muito contribuiu para obtenção de resultados significativos no desempenho da ação governamental, destacando-a conceitualmente no contexto nacional, na área de administração e do serviço público do País.

Assim, planos de desenvolvimento, diretrizes globais, objetivos e metas de desenvolvimento, e as mais diferentes denominações, marcaram nos anos recentes no Paraná, as diferentes fases do governo e suas propostas de intervenção no Estado, bem como servem de registro, as formas de administrar e características de adequação à conjuntura da época, e sempre em consonância com plano federal.

O Estado viveu, portanto, uma década de forte expansão econômica, que o fez chegar ao limiar dos anos 80, com uma economia relativamente complexa e crescentemente diversificada de uma população jovem e sensível às mudanças tecnológicas e sociais, e de uma infra-estrutura econômica e social, que é capaz de satisfazer as necessidades básicas de energia, transporte, comunicações, educação e atendimento de saúde, entre outros.

Isto, consta às folhas onze do plano de ação 83/86, versão preliminar.

Com o atual Governo, originando através de um processo eleitoral, em que a vontade manifesta de profundas mudanças

instruiu o curso da campanha, criou-se um clima de expectativas e entusiasmo em relação ao Plano de Governo.

A apreendida manifestação do desenvolvimento dos diferentes segmentos da sociedade civil através da maior participação na definição das prioridades econômicas, em especial na exigências de cunho social, construíram esse clima que antecedeu à primeira apresentação desse documento. Porém, a elaboração do Plano de Ação contendo as intenções e propostas do Governo, definindo prioridades, estabelecendo prioridades, estabelecendo objetivos, deveu-se apenas à contribuição de técnicos em planejamento, que se valeram apenas de seus conhecimentos científicos e de opiniões de equipe, elaborando uma proposta, segundo encomenda inspirada por poucos. O referido documento apresenta-se como peça literária científica, reproduzindo expressões e vocábulos técnicos, registrando opiniões predominantes atuais sobre diferentes aspectos da economia e da sociedade paranaense.

Quanto ao estabelecimento de metas, a definição de programas setoriais e os investimentos anuais do atual governo, não são ainda denunciados, ficando portanto, para uma outra oportunidade.

Pronta a versão preliminar, iniciou-se então, uma viagem do Plano de Ação às diferentes regiões do Estado, como a ganhar a feição de uma boa nova que chegava em favor da sociedade paranaense, sendo mostrado à platéia escolhida, com o objetivo de torná-lo conhecido, e nessa divulgação, buscou-se a aceitação por parte desses, como se tal fração representasse toda a sociedade paranaense, legitimando-a aceitando-a, como meio de alcançar as suas mais justas aspirações.

Nesses encontros regionais, enquanto o apresentador do Plano entusiasmo com o que expõe, a platéia, quase sempre desinformada, assiste passivamente, recolhendo a impressão de que agora sim, foi encontrado nesse Plano e com rapidez, a forma de ação que libertará o Estado do Paraná de suas dificuldades econômico-sociais, através de medidas que os governantes anteriores não tiveram sensibilidade e competência para propô-las.

E assim, nasce um novo Paraná, sob a égide de um plano de ação popular e participativo, conforme mensagem amplamente divulgada e comprometida em campanha. É a euforia de elaboração de plano, através de proposta trabalhada em promessas de partido político, ao longo de muitos anos de Oposição. O que se observa porém, muito mais do que o fiel cumprimento daquilo que se prometeu em campanha, é que, a começar pelo próprio Plano de Governo, é que este se transformou em instrumento de propaganda política do Executivo, e as imposições de proposições de ação decididas a nível de gabinetes, com marcantes características tecnocráticas, pois, verifica-se assim, uma dessintonia entre o atual Poder Executivo Estadual, e as propostas do partido político que lhe ofereceu sustentação durante a campanha eleitoral e que de certa forma, configura os homens do Poder Executivo, como integrantes de um outro partido político, com perfil e características próprias, com interesses próprios, diferentes do partido do qual se origina.

A desatenção ao partido político, por parte do Poder Executivo, comprovada em episódios ocorridos, e que ganharam amplo destaque, evidencia-se também, através da proposta de ação político-administrativa, impedindo de fato, a decantada e teórica participação da comunidade no processo decisório, já consagrado no Plano em análise.

Passa portanto, esse documento, a deter competência que são próprias do processo político, e aí inclui-se também o próprio Poder Legislativo, e na defesa dessa postura, os homens do Executivo procuram sempre destacar os limites, as fronteiras nítidas e não permeáveis entre a administração estadual e o partido político da Situação, nesta Casa.

Voltando às reuniões regionais para divulgação do propósito de ação do Governo, as mesmas objetivam antes de tudo,

torná-lo mais conhecido da população, que sentirá os reflexos da sua aplicação, ensejando com isso a substituição do diálogo pelas informações geradas a partir do Plano elaborado. O que busca o Governo atual, e sem dúvida através de técnica já conhecida, é difundí-lo e incorporá-lo a sociedade, uma vez que o referido documento não recebeu qualquer contribuição de esforço coletivo e participativo do povo paranaense.

Procede-se hoje, como se procedia no ontem, mantendo medidas autocráticas, onde um número reduzido de técnicos, apenas comprometidos com o Poder Executivo, sem qualquer compromisso com o partido político da Situação nesta Casa, estabelecem ações político-administrativas, colocando no vazio a proposta então oposicionista de campanha do PMDB, uma vez que, no essencial, nada mudou. O Plano de Ação 83/86 tendo sido elaborado exclusivamente pelo Executivo sem maior participação da sociedade paranaense, utiliza-se agora, da divulgação e da propaganda em geral, a fim de fornecer ao público, o conhecimento das partes que compõem o referido documento. Esse procedimento das partes que compõem o referido documento. Esse procedimento tornou-se imperativo por ausência de diálogo, e de certa forma, consolida, cristaliza a distância entre os poucos que decidiram, e os muitos que serão atingidos pela execução. Repete-se, portanto, o vício da tecnocracia; consagra-se a não participação e consolida-se o anti-diálogo.

Desta forma, se o referido Plano de Ação pretende ter alguma significação, e se vai, efetivamente, ser implementado pelo Governo atual, exercerá assim influências nos diferentes setores da sociedade paranaense, exige-se portanto, uma identificação autêntica entre os objetivos desse Plano e as reais necessidades e aspirações do povo do Paraná. Isto, com certeza não será conseguido enquanto os partidos políticos, os diferentes poderes constituídos, os vários níveis administrativos e governamentais, e as organizações mais representativas da sociedade civil, não tiverem acesso à participação efetiva no processo de decisão.

No momento que antecede a efetivação de um Seminário nesta Casa, para que o Plano de Governo - versão preliminar para o período 83/86 - seja aqui debatido, por uma iniciativa do Deputado Roberto Requião, integrante da Bancada da Situação nesta Casa, fica a nossa manifestação pessoal, e da Bancada do PDS, na certeza de que abrimos o primeiro ponto de debate que é, justamente, a ausência absoluta da sociedade civil nas discussões fundamentais que geram a elaboração do referido documento, porque, agora, trazer o Plano já devidamente alinhavado para apresentações junto a platéias desavisadas e desinformadas, como disse e ora repito, é uma velha técnica de comunicação, de fazer com que as pessoas passivamente, na medida que forem recolhendo informações a respeito do plano, tenham a impressão que conhecem alguma coisa, e que intervieram na decisão desse Plano, quando isto não é verdade!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE- (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Márcio Almeida, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados: **REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei nº 23/83, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL DESPORTIVA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO CENTRO CÍVICO - ABCD/CC", com sede e foro em Curitiba. - **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº. 29/83, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MÃES

DE PRANCHITA", com sede no Município do mesmo nome e foro na Comarca de Santo Antonio do Sudoeste-Pr. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 42/83, que denomina "VEREADOR PEDRO JOSÉ DA SILVA", a Rodovia Pr-469, que liga Pato Branco - Itapejara - Verê e Dois Vizinhos. **Aprovado**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 49/83, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DO PARANÁ - APEP", com sede e foro na cidade de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 56/83, que declara de Utilidade Pública a "UNIÃO BENEFICENTE NOSSA SENHORA DA PIEDADE", com sede em Sarandi Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 70/83, que declara de Utilidade Pública a "OBRA SOCIAL DA CRUZADA NACIONAL DE EVANGELIZAÇÃO" com sede na cidade de Ponta Grossa. **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 99/82, de autoria do EX-DEPUTADO JOÃO MANSUR, que declara de Utilidade Pública a "OBRA SOCIAL SANTO EXPEDITO", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. **- Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do projeto de Lei nº 27/83, de autoria do DEPUTADO AUGUSTO CARNEIRO, que autoriza o PODER EXECUTIVO, a doar ao Município de Campo Mourão o imóvel que especifica. (Anexo Projeto de Lei nº 63/83, de autoria do Poder Executivo, que trata do mesmo assunto). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 68/83, de autoria do DEPUTADO BASILIO ZANUSSO, que declara de Utilidade Pública a "LOJA MAÇÔNICA LUZ E ESPERANÇA", da cidade de Mandaguacu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **-Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 92/83, de autoria do DEPUTADO ROBERTO REQUIÃO, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL - ASEEDI", com sede nesta Capital, com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. **-Aprovado.**

Comissão de Constituição e Justiça PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 92/83

De autoria do ilustre deputado Roberto Requião o presente Plano de Lei pretende declarar de Utilidade Pública a "Associação de Estudos da Educação Infantil", com sede nesta Capital.

A documentação que acompanha a proposta, corresponde perfeitamente às exigências contidas na Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dita normas para a matéria em pauta.

A iniciativa é pertinente, sob o aspecto constitucional, a matéria se encontra segundo as recomendações do Regimento interno.

Diante do exposto, nossa opinião é por sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1983.

(aa) Djalma de Almeida Cesar-Presidente;
Ivan Gubert-Relator.

1.ª -DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 97/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 75/83), que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 5944, de 21.05.69. (Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., com EMENDA da C.R.H., por unanimidade, e da C.S.P. FAVORÁVEL ao Projeto e CONTRÁRIO à EMENDA da C.R.H., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

Projeto de Lei nº 97/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - A Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969, (Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar do Paraná), passa a vigorar com as seguintes alterações:

a. Ao artigo 1.º é acrescentado o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único - O Comandante-Geral da Polícia Militar baixará ato instituindo o regimento interno da Comissão de Promoções de Oficiais".

b- Ao artigo 4.º é acrescentado o inciso XIV, com a seguinte redação:

"XIV - Cancelar da ficha de promoções, pontos já registrados, quando verificada, a requerimento ou ex-offício, vício de origem, má fé ou lapso, no processo declaratório, bem como modificação da legislação".

c - O artigo 5.º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5.º - A Comissão de Promoções de Oficiais é constituída pelo Comandante-Geral, como Presidente, 4 (quatro) Coronéis, do Quadro de Oficiais Policiais-Militares, como membros e três (3) suplentes, também do mesmo posto, sendo um do Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares, um médico e um cirurgião-dentista, do Quadro de Saúde da Corporação".

Parágrafo único- O suplente será obrigatoriamente convocado:

a- para substituir o membro relativamente menos antigo, quando estiver em pauta promoção de Oficial de seu quadro; ou

b- para substituir qualquer membro, no seu impedimento ou falta".

d-) inciso "I" do artigo 37 é acrescido da alínea "d" com a seguinte redação:

"d - Tempo de serviço no posto, quando servindo, como efetivo, em Unidades ou fração de tropa sediada no interior do Estado: vinte e cinco centésimos (0,25) de pontos por semestre completo, limitado a três (3) pontos positivos, para cada promoção".

e - Os incisos "II" e "III" do artigo 37 passam a vigorar com a seguinte redação:

"II - Medalhas e condecorações Estaduais:

a) Mérito - dois (2) pontos;

b) Sangue - três (3) pontos;

c) Humanidade - três (3) pontos;

d) Militar - um (1), dois (2) e três (3) pontos, respectivamente, para as medalhas de Bronze, Prata e Ouro, computando-se os pontos somente pela de maior valor;

e) - Cruz de Combate - quatro (4) pontos;

f) Mérito Escolar - meio (0,5), um (1) e um e meio (1,5) pontos, respectivamente, para terceiro, segundo e primeiro colocado no curso; sendo que a medalha pelo Curso de Formação de Oficiais é contada para promoções até ao posto de Capitão; a do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais para as promoções aos postos de Major e Tenente-Coronel; e a do Curso Superior de Polícia somente para a do posto de Coronel;

g) Polícia Militar do Estado do Paraná- dois (2) pontos;

h) Coronel Sarmento - dois (2) pontos;

i) Outras medalhas instituídas na corporação, não come-

morativas: dois (2) pontos."

"III— Medalhas e condecorações conferidas por autoridades públicas da União, Estados e Municípios, em reconhecimento de atos altamente meritórios: um (1) ponto por medalha, computáveis até o máximo de dois (2) pontos."

f— Os incisos "IV, V, VI, VII e VIII" do artigo 37 passam a vigorar com a seguinte redação:

"IV — Curso de Formação de Oficiais e Cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais:

— pontos positivos iguais ao grau de término do respectivo curso, sendo que os pontos relativos a média de aprovação do Curso de Formação de Oficiais é contada para as promoções até ao posto de Capitão e os relativos à média do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais para as demais promoções, até Coronel, inclusive".

"V — Curso Superior de Polícia ou Curso Superior de Bombeiro-Militar: três (3) pontos".

"VI — Curso de Especialização:

a- Curso de duração igual ou superior a seiscentas (600) horas-aula: três (3) pontos;

b- Curso de duração igual ou superior a trezentas (300) horas-aula e inferior a seiscentas (600) horas-aula: dois (2) pontos;

c- Curso de duração igual ou superior a cem (100) e inferior a trezentas (300) horas-aula: um (1) ponto;

d- Curso de duração inferior a cem (100) horas-aula, com um mínimo de quarenta (40) horas-aula: meio (0,5) ponto".

"VII — Curso de nível superior, reconhecido como tal pelo Conselho Federal de Educação: meio (0,5) ponto por ano de duração do curso, independentemente de antecipação ou prorrogação de sua duração pelo sistema de crédito. Computa-se somente o curso de maior valor válido para todas as promoções".

"VIII— Elaboração de documento escrito original de natureza técnico-científica ou realização de obra física altamente meritória, cuja execução seja creditada, preponderadamente, ao esforço pessoal do oficial, quando julgados, pelo Comandante-Geral, de real proveito à Corporação, de meio (0,5) a dois (2) pontos, por documento ou obra. Computa-se até três (3) pontos pelo conjunto de documentos e obras e somente uma vez e para a próxima promoção, considerando o posto em que foi deferido, pela CPO, o registro dos pontos. No caso de mais de um autor, os pontos atribuídos ao documento ou à obra serão divididos em proporções iguais, com aproximação até centésimos".

g— O inciso "IX" do artigo 37 passa a vigorar com a seguinte redação:

"IX — Ferimentos em serviço:

a— Grave - quando houver perigo de vida, enfermidade incurável, perda, inutilização ou debilidade permanente de membro, sentido ou função, deformidade duradoura, ou ainda incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta (30) dias: três (3) pontos, quando não for o oficial agraciado com medalha, pelo mesmo evento;

b— Média - quando o ferido ficar impossibilitado de exercer suas atividades habituais por período superior a dez (10) e igual ou inferior a trinta (30) dias: um (1) ponto;

c— Leve - quando o ferido ficar impossibilitado de exercer suas atividades habituais até dez (10) dias: meio (0,5) ponto".

h — O artigo 37 passa a vigorar com cinco parágrafos, com a seguinte redação:

"§ 1.º — Os pontos positivos pela conclusão dos cursos re-

feridos nos incisos IV, V e VI deste artigo serão registrados "ex-officio" na ficha de promoção, a partir da data da respectiva conclusão".

§ 2.º São cursos de especialização os que habilitam para o desempenho de funções ou atividades da Polícia Militar cujo exercício exija conhecimentos e habilidades especiais e nos quais o oficial tenha sido matriculado por ordem do Comandante-Geral, segundo as normas da Corporação".

§ 3.º Os pontos por curso de especialização:

a) Serão computados uma vez e somente para a próxima promoção do Oficial, independentemente do critério, considerando-se o posto em que foi concluído o curso;

b) Serão computados, no máximo, quatro (4) pontos para cada promoção".

§ 4.º As consequências dos ferimentos em serviço serão apuradas mediante inquérito sanitário de origem de acidente e os pontos serão atribuídos quando ficar provado, mediante sindicância ou inquérito policial-militar, que os ferimentos sofridos ocorreram durante a execução de ato de serviço para a consecução das atividades finalísticas da Corporação, excluídas todas as atividades de apoio, serviço interno, instrução, desportivas e outras correlatas, e não tenham sido motivadas por imperícia, imprudência ou negligência do ferido".

§ 5.º — Os pontos por ferimento em serviço serão computados uma única vez por evento e somente para a próxima promoção, considerando-se o posto do oficial quando ferido".

i. O artigo 38 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 38 - Serão registrados na ficha de promoção pontos negativos pelos seguintes motivos:

I — Punições disciplinares:

a) Falta grave: três (3) pontos;

b) Falta média: dois (2) pontos;

c) Falta leve: um (1) ponto.

II — Pena criminal, por crime doloso, com sentença transitada em julgado: de quatro (4) a oito (8) pontos por pena, tendo-se em vista o prejuízo moral causado à Corporação, a critério exclusivo da CPO.

III— Pena criminal, por crime culposo ou contravenção penal, com sentença transitada em julgado: quatro (4) pontos por pena.

IV — Falta de aproveitamento em curso no qual tenha sido regularmente matriculado ou interrupção injustificada, assim declarada pelo Comandante-Geral:

a) Curso Superior de Polícia de Bombeiro-Militar ou Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais: três (3) pontos;

b) Curso de Especialização, independentemente de carga horária: um (1) ponto".

Parágrafo único — Os pontos negativos serão computados:

a) uma única vez por evento; e

b) somente a próxima promoção do Oficial, considerando-se o posto em que ocorreu".

j. O artigo 39 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39. Não serão computados pontos por tempo de serviço durante o período em que o Oficial estiver agregado pelos seguintes motivos:

I - em licença para tratar de interesses particulares;

II- em estado de deserção;

III- extraviado ou desaparecido; e

IV- cumprindo pena criminal".

1. O artigo 41 passa a contar com os incisos "XII e XIII", com a seguinte redação:

"XII - Licença para tratar de interesses particulares;e
XIII - submetido a Conselho de Justificação, instaurado "ex-officio".

m. O inciso "IV" do artigo 46 passa a vigorar com a seguinte redação:

"IV - Tempo de arregimentação, no posto:

a) Para os integrantes dos Quadros de Oficiais Policiais-Militares e Bombeiros-Militares:

1) Tenentes-Coronéis: um (1) ano de exercício do cargo de comandante de unidade operacional, assim entendida a que executa as atividades finalísticas da Corporação;

2) Demais postos: um(1) ano no exercício de função orgânica, prevista no Quadro de Organização de unidade operacional.

b) Para os integrantes dos demais quadros de Oficiais: um (1) ano no exercício de funções prevista no Quadro de Organização de qualquer unidade da Corporação".

n. O parágrafo único do artigo 46 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único - Para os Tenentes-Coronéis do Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares o período passado no cargo de Comandante de Unidade de Bombeiro-Militar, cujo comando seja privativo do posto de Major poderá ser computado como se no posto de Tenente-Coronel fosse, para efeito de arregimentação".

o. O artigo 76 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 76. O período de arregimentação previsto no número "2" da alínea "a" do inciso "IV", do artigo 46 desta lei somente será exigido para as promoções às vagas que se verificarem a partir de 1º de julho de 1984.

p. O artigo 79, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 79. A correção do registro dos pontos por obra ou trabalho já constante da ficha de promoção, levando-se em conta as novas disposições desta Lei, far-se-á por regra de três simples, considerando-se o valor máximo previsto anteriormente, de cinco pontos e o novo limite ora estabelecido, de dois pontos, com aproximação até centésimos, respeitando-se o limite mínimo de meio (0,5) ponto por trabalho.

"Parágrafo único - Para efeito da correção do registro dos pontos considerar-se-á como individual toda obra ou trabalho já definitivamente apreciado pela CPO, antes da vigência desta Lei".

q. É acrescentado o artigo 80, com a seguinte redação:

"Art. 80 . Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

r. Ficam revogados os seguintes dispositivos: o parágrafo único do artigo 41, o artigo 48 e seu parágrafo único e parágrafo único do artigo 61.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 97/83

O Poder Executivo, por meio da Mensagem n.º 75/83 de 24.06.83, propõe alterar dispositivos da Lei n.º 5.944, de 21 de maio de 1969 - Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar.

A iniciativa da matéria está compreendida entre as competências permitidas pela Constituição do Poder Executivo, sendo pacífica a sua acolhida.

A Mensagem esclarece em sua justificativa que a matéria posta torna-se necessária quanto a opor-

tunidade e o elevado interesse público de que a medida é revertida, onde figura inclusive o esclarecimento do assunto através do Ofício n.º 481/83, do Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente

ANIBAL KHURY - Relator

COMISSÕES DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 97/83

Oriundo da Mensagem Governamental, o Projeto de Lei n.º 97/83, tem como escopo alterar a Lei n.º 5.944 de 21 de maio de 1969, que regulamenta a promoção de Oficiais da Polícia Militar do Estado.

O Projeto de Lei obedece aos dispositivos constitucionais que dispõem sobre a matéria e é de iniciativa exclusiva do Governador do Estado. Não há, portanto, de ordem constitucional, qualquer óbice que se lhe possa antepor.

Quanto ao mérito, no entanto, se verifica que o sistema de pontuação que serve como base para as promoções por merecimento dentro do Quadro da Polícia Militar do Estado foi alterado, o que poderá causar inconvenientes, prejudicando os oficiais que conquistarem seus pontos a partir da data da vigência desta lei, pois os valores dos mesmos passam a ser mais baixos.

Nestas condições, e atendendo aos reclamos da própria corporação, oferecemos a emenda anexa, que sanaria o inconveniente.

Somos, portanto, pela aprovação feitas as alterações propostas.

Sala das Comissões, em

(aa) ODENI MONGRUEL - Presidente e Relator

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 97/83.

No Artigo 1.º do Projeto de Lei n.º 97/83 são alterados os seguintes quesitos:

item c - O Art. 5.º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5.º . A Comissão de Promoção de Oficiais é constituída pelo Comandante-Geral, como Presidente, 4 (quatro) Coronéis, do Quadro de Oficiais Policiais Militares, como membros e 3 (três) suplentes, também do mesmo posto, sendo Oficiais Policiais Militares um do Quadro de Oficiais Bombeiro-Militares, e um do Quadro de Saúde da Corporação.

item e - O inciso II do Art. 37 passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - Medalhas e condecorações Estaduais:

a) Mérito - três (3) pontos;

b) Sangue - quatro (4) pontos;

c) Humanidade - quatro (4) pontos;

d) Militar - um (1), dois (2) e três (3) pontos, respectivamente, para as medalhas de Bronze, Prata e Ouro, computando-se os pontos somente pela de maior valor;

e) Cruz de Combate - quatro (4) pontos;

f) Mérito Escolar - um (1), dois (2) e três (3) pontos, respectivamente, para terceiro, segundo e primeiro colocado no curso; sendo que a medalha pelo Curso de Formação de Oficiais é contada para promoções até ao Posto de Capitão; A do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais para as promoções aos postos de Major e Tenente-Coronel; e a do Curso Superior de Polícia somente para a do posto de Coronel;

g) Polícia Militar do Estado do Paraná - três (3) pontos;
 h) Coronel Sarmento - três (3) pontos;
 i) Outras medalhas instituídas na corporação, não comemorativas: dois (2) pontos.”
 item g - O inciso IX do Art. 37 passa a vigorar com a seguinte redação:

“IX — Ferimentos em serviço:

a) Grave - quando houver perigo de vida, enfermidade incurável, perda, inutilização ou debilidade permanente de membro, sentido ou função, deformidade duradoura, ou ainda incapacidade para ocupações habituais por mais de trinta (30) dias: quatro (4) pontos, quando não for o Oficial agraciado com medalha, pelo mesmo evento;

b) Média - quando o ferido ficar impossibilitado de exercer suas atividades habituais por período superior a dez (10) e igual ou inferior a trinta (30) dias: dois (2) pontos;

c) Leve - quando o ferido ficar impossibilitado de exercer suas atividades habituais até dez (10) dias: um (1) ponto.”

item o - O Art. 76 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 76 - O período de arregimentação previsto no número “2” da alínea “a” do inciso “IV” do art. 46 desta Lei somente será exigido para as promoções às vagas que se verificarem a partir de um ano do prazo de vigência desta Lei.

Sala das Comissões, em

(aa) ODENI MONGRUEL - Presidente e Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 97/83

O Projeto de Lei n.º 97/83, oriundo da Mensagem Governamental n.º 75/83, objetiva alterar dispositivos da Lei n.º 5.944, de 21 de maio de 1969 - Lei de Promoções da Polícia Militar do Estado do Paraná.

A Proposição encontra-se em Regime de Urgência e recebeu Pareceres favoráveis nas Comissões de Constituição e Justiça e de Recursos Humanos, desta Casa, sendo que, na última, foi acrescentada Emenda modificativa.

Examinando a matéria, sob o prisma Regimental que cabe à Comissão de Segurança Pública opinar, somos de opinião favorável ao Projeto de Lei, na forma original da Mensagem Governamental, e contrariamente, à Emenda por entender, que a redação primeira é a que melhor atende aos interesses da Corporação Estadual.

Isto posto, o nosso Parecer é pela aprovação, na forma da Mensagem Governamental.

Favorável é o Parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 1983.

(aa) FIORI LUIZ - Presidente

RUBENS BUENO - Relator.

1.ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 103/83, de autoria do DEPUTADO BASÍLIO ZANUSO, que declara de Utilidade Pública, o “SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — S.O.S.”, com sede e foro na cidade de Cruzeiro do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado. (D.A. n.º 80, de 03.08.83.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 103/83

O nobre Deputado Basílio Zanuso, com a apresentação do Projeto de Lei n.º 103/83, pretende que o Serviço de Obras Sociais - S.O.S., com sede e foro na cidade de Cruzeiro do Oeste, seja declarada de utilidade pública.

Do exame dos aspectos legais e constitucionais, através da documentação apresentada, verificamos

que a Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria, foi cumprida em todos os seus requisitos.

Pelo exposto, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente.

GILBERTO CARVALHO — Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 104/83, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI”, com sede em Cândido Rondon. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 80, de 03/08/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 104/83

Pretende o nobre Deputado Werner Wanderer, através do presente, declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA—APMI com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon.

A documentação que acompanha o Projeto, bem como a justificativa apresentada pelo ilustre Deputado, nos convence da sua oportunidade em razão da não existência de qualquer óbice legal ou constitucional que possa impedir a sua aprovação por esta Casa, razão porque opinamos favoravelmente por sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente.

IVAN GUBERT - Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 109/83, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a “Associação dos Moradores de São Braz - AMSB”, com sede nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 82, de 08/08/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 109/83

De autoria do ilustre Deputado Erondy Silvério, o projeto pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores de São Braz, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Examinando o processado, verifiquei que a farta documentação que o instrui, atende a todas as exigências da Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978.

Constitucionalmente a iniciativa é pertinente e a forma está adequada ao Regimento Interno.

Assim, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 110/83, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que declara de utilidade pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmeira - APAE”, com sede no referido município. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 83, de 09/08/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 110/83

O projeto de lei em exame, de autoria do ilustre Deputado Odeni Mongruel, visa declarar de utilidade pública a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmeira - APAE”, com sede no Município de Palmeira.

A declaração de utilidade pública acha-se regida em nosso Estado pelo disposto na Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que estabelece os requisitos necessários para que uma entidade seja beneficiada.

Do exame da documentação que acompanha o projeto verifica-se que a APAE de Palmeira se enquadra perfeitamente nas condições estabelecidas pela Lei.

Nestas condições, somos pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Ferreira, ocorrido no dia 13 de setembro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Fanchim Neto, ocorrido no dia 14 de setembro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aristides F. Miguel Tuoto, ocorrido no dia 14 de setembro do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Durval Mineto, ocorrido no dia 14 de setembro do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Município de Pirai do Sul, extensivo aos Srs. Prefeito Municipal, Presidente da Câmara e demais membros legislativos, pela inauguração das novas instalações da Câmara de Vereadores. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja fornecido cópia do pronunciamento referente à Hoyler Consultores Associados a todos os Srs. Deputados, bem como seja o mesmo encaminhado à Comissão Parlamentar de Inquérito dita da corrupção, para que a mesma determine as providências cabíveis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o comparecimento a esta Casa de Leis, do Sr. ex-Superintendente do IPE, para que o mesmo preste esclarecimentos sobre sua administração frente àquele instituto. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações referentes a medidas adotadas pela Secretaria das Finanças. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela posse de Dom Domingos Gabriel Wisniewski, Bispo do Município de Apucarana. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Spenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos ao Esporte Clube Pinheiros, pela inauguração de seu estádio, destinado à prática de futebol e outros esportes. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Justiça, visando a instalação de um serviço de naturalização no Município de Maringá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Justiça, visando a elevação de Comarca Inicial para Comarca Intermediária, a Comarca de Marialva. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Conselho de Direção do Jornal "Olho Vivo" pela sua primeira edição, no Município de Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à senhora Secretária da Educação, visando a instalação no ano de 1984, do curso colegial de segundo grau no Núcleo Habitacional Santa Paula, no Município de Ponta Grossa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o encasalhamento e alargamento da rodovia primária que liga a localidade de Jacuí, no Município de Campo Largo à Rodovia do Café. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulín, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos órgãos de imprensa de nosso Estado, bem como seus profissionais, pela passagem do "Dia da Imprensa", ocorrido no dia 10 de setembro do corrente ano. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulín, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro das Minas e Energia, visando a modificação na forma da cobrança por demanda de energia elétrica dos hotéis do Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado às lideranças de todos os Partidos no Senado e Câmara dos Deputados, visando que, através de Emenda Constitucional, confirmem aos detentores de mandato legislativo no país, direitos iguais aos já outorgados às chefias de Poder Executivo, a quem assiste o poder optar por filiação em partido político diferente daquele pelo qual foi eleito. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Artágão Matos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos Grupos de Alcoólicos Anônimos pelo transcurso do 15.º ano de implantação deste movimento em nosso Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplausos à Rede Globo de Televisão, pela programação intitulada "Projeto Nordestinos" — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, visando a implantação da rede de esgotos na sede do Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, visando a instalação de um posto de saúde no Conjunto Cohapar Milton Luiz Pereira, na sede do Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia

Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do INPS, visando a instalação de uma agência daquele instituto no Município de Iretama. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Justiça, encarecendo estudos para a implantação de um mini-presídio agrícola no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo adoção de medidas para amenizar o clima de intranquilidade reinante na sede do Município de Peabiru. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à senhora Superintendente da FUNDEPAR, através da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de 100 carteiras juntamente com cadeiras, destinadas às escolas infantis, especificamente ao pré-escolar, no Município de Iretama. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo o envio de uma viatura e mais policiais, bem como que o Delegado passe a residir no Município de Janiópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao ITC, por intermédio da Secretaria de Agricultura, bem como a outros órgãos federais e estaduais, relacionados ao presente assunto, encarecendo seja impedido o desmatamento de área de reserva florestal, pertencente à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, situada no Município de Tuneiras do Oeste, mais precisamente nas Glebas Ribeirão Concórdia e Saquarema. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à senhora Secretária da Educação, visando a construção de um prédio escolar na localidade de Sede União, no Município de Santo Antônio do Sudoeste. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Superintendência Regional do INAMPS, visando a assinatura de convênio entre o FUNRURAL e a Santa Casa de Misericórdia, para a instalação de um posto de atendimento ortopédico no Município de Jacarezinho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o reinício das obras de construção da rodovia que liga os Municípios de Campina da Lagoa e Guaraniaçu, bem como requer o estudo para o seu asfaltamento. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo à TELEPAR, no sentido de que as contas telefônicas cobradas por aquela empresa de serviço público passem a ter seus vencimentos marcados entre os dias 05 e 10, e não no final de cada mês, como até agora tem sido feito. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Bagio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o asfaltamento das estradas, Querência do Norte ao Porto Fe-

lício (divisa com Estado de Mato Grosso) e Santa Cruz do Monte Castelo a Santa Isabel do Ivaí. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando a inclusão no orçamento de 1984, daquela pasta, de verba para construção da Delegacia de Polícia no Município de Tupãsi. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde, visando obter informações quanto a substituição do pessoal que fez estágio e prestou serviços nos postos de saúde no interior do Estado, bem como quanto gastou a Fundação Hospitalar Caetano Munhoz da Rocha com indenizações do pessoal dispensado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações com o Conselho Regional de Técnicos de Administração, pela passagem do "Dia do Administrador", ocorrido no dia 09 de setembro do corrente ano. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo revisão do processo que exclui, em maio de 1982, da Comissão Estadual de Artes Cênicas - CEAC, a representante da Federação Independente do Teatro Amador do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à senhora Secretária da Educação, visando obter informações referentes ao Grupo Escolar Manoel da Silveira D'Elboux, localizado no Bairro Hugo Lange, nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 82/83, que aprova termo de convênio entre o Estado do Paraná e a URBS, com interveniência do Município de Curitiba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 1/83, de autoria deste Deputado que dispõe sobre a Tribuna Livre. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Edmar Luiz Costa e Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, para que o mesmo determine que a COPEL tome as providências necessárias visando enquadrar os transmissores das emissoras de rádio e televisão do Paraná na tarifa industrial. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Gerente do BANESTADO — Agência Centro Cívico, pelo seu prestígio e largo círculo de amizade nas áreas política, econômica e empresarial. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, viabilizando estudos quanto à implantação de uma Biblioteca Pública na sede do Município de Iretama. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a

doação de uma viatura, bem como, mais três soldados e reforma do prédio, destinados à Delegacia de Polícia do Município de Araruna. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando seja oficiado à senhora Secretária da Educação, visando seja reativada a habilitação do setor primário denominada Básica em Agropecuária, na Escola Helena Kolody, no Município de Terra Boa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, visando a instalação de um gabinete odontológico, através do IPE, para atender o funcionalismo público no Município de União da Vitória. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando o envio de apelo à Bancada Federal do Paraná, no sentido de que seja dado pela representação paranaense, apoio para a aprovação da Emenda n.º 188/82, que trata da regulamentação do exercício da análise clínica laboratorial. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Sr. Presidente da República, no sentido de que seja dado às empresas paranaenses o mesmo tratamento que foi dado às de Santa Catarina, nos financiamentos pelo Banco do Brasil, de que trata a Circular 3884-CREGE. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo "Professor Faris Estava Lá", ensejando o lançamento do livro "Cepa Esquecida". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo. — (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 99/82, 27/83 e 68/83.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 92, 97, 103, 104, 109 e 110/83.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 82/83.

Marca ainda uma sessão extraordinária para logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 74/83, 99/83 e dos Projetos de Resolução n.ºs 15, 52, 64 e 65/83.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Odeni Mongruel, em sessão do dia 14 de setembro de 1983.

"PROFESSOR FARIS ESTAVA LÁ"

O lançamento do livro CEPAS ESQUECIDA do ilustre escritor pontagrossense Professor Faris Michael, em uma feliz iniciativa da Ex.^{ma} Sr.^a Amélia Oberg Michael e do Centro Cultural Euclides da Cunha, reuniu personalidades do setor cultural e universitário de Ponta Grossa, além de familiares, amigos e admiradores do saudoso autor.

Vale destacar que, na ocasião, não apenas os sentimentos de amizade e reconhecimento ao homenageado foram responsáveis pela expressiva afluência de público à União Sória Libanesa no dia 10 de setembro de 1983, bem como, um certo

sentido de necessidade e de carência por momentos de enlevo cultural, e que o Professor Faris Michael sempre soube, ao seu redor, propiciar.

Criou-se, pois, durante o evento, e mais uma vez em nome do consagrado escritor, um clima de confraternização e de reencontros desinteressados e que serviu como pausa e reflexão aos dias de hoje, contribuindo para atenuar, temporariamente, as amargas dificuldades existenciais da vida contemporânea.

A apresentação dessa última obra literária e que destaca a influência do tronco e da linhagem do índio na composição étnica de nossa sociedade, ensejou o encontro de parcela significativa da própria circunstância do Professor Faris Michael e que lá compareceu.

Os familiares e amigos, os colegas de magistério e ex-alunos, os companheiros e colaboradores de lides culturais, enfim, muitos que acreditam no desenvolvimento e na promoção da cultura como forma de aprimoramento e de libertação do homem estavam lá. Se considerarmos o ensinamento do filósofo Ortega e Gasset, para quem o homem é a sua própria circunstância, naquela tarde, um pouco do Professor Faris também estava lá.

A par de uma imensa e incansável atividade intelectual, em um elenco de produção e inteligência, o Professor Faris Michael não foi somente o escritor consagrado, mas também, o Educador que sempre foi, não se afastando do magistério, onde se destacou no concerto da Educação paranaense como uma de suas mais notáveis figuras.

Mais do que o conhecimento, a sua sabedoria sempre pronta e disponível à dirimir dúvidas, à esclarecer incertezas, à orientar e ensinar aos que a ele recorriam, marcou indelevelmente a vida útil que desenvolveu em benefício de sua comunidade, o que justifica o orgulho e a satisfação que Ponta Grossa guarda em memória do notável professor.

Como cidadão, consciente da capacidade da política de decidir os destinos do homem, não atuava partidariamente, e também não temia as influências do poder dominante, reduzindo-o, com acurado espírito crítico, às reais proporções. Comungava da opinião que o homem universitário deveria, mais cedo ou mais tarde, assumir as graves responsabilidades junto à sociedade, exercendo o poder público, com o propósito de torná-la mais justa e humana. Obviamente, não se referia e nem se limitava aos contornos do diploma simplesmente, o que não corresponderia a sua invejável cultura e sabedoria.

Atribuía atenção especial na condição de pensador e estudioso à investigação e atualização das fontes da cultura ocidental, dedicado pesquisador empenhou-se em redimir a figura do índio, devolvendo-lhe a importância na construção da etnia brasileira, e, como intenção pedagógica, procurou permanentemente destacar a posição do homem no Universo, essa significação e os valores, em especial os morais e os éticos, que induzem à formulação do ideal humano.

Considerado, portanto, como humanista nos círculos científicos e literários, não se fechava nas correntes de pensamento contemporâneo, mas incluía o sobrenatural e o transcendental como elementos inerentes à complexidade da vida humana. Desta forma, não excluía Deus.

O Professor Faris Michael, configura-se entre nós, como dignificante e educativo exemplo, de ontem, de agora e de sempre, demonstrando que o homem para se realizar plenamente e alcançar a sua integral dimensão, deve projetar-se para além de si mesmo, elevando-se à altura da Verdade e do Bem.

Aos que desfrutaram de sua amizade e de seu convívio ficou a convicção que a sua alma é portadora das esperanças eternas que conduzem o homem brasileiro pelos caminhos da história e do destino nacionais.

ODENI MONGRUEL

Professor Universitário e Deputado Estadual

Nota: Este artigo foi publicado:

- “Jornal da Manhã” e “Diário dos Campos”, de Ponta Grossa, edição de 07 de setembro de 1983.
- Transcrito nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sessão do dia 14 de setembro de 1983.”

Atos da Comissão Executiva:**Decreto Legislativo:**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 153/83
A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas
atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado
sob o nº 506/83, de 18 de janeiro de 1983, deste Poder,

R E S O L V E :

aposentar, a pedido, de acordo com o Art. 138, item II,
combinado com o Art. 140, item I, da Lei nº 6174, de 16 de
novembro de 1970, LUIZ DOUGLAS FERREIRA, matrícula nº
103, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Grupo

Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do
Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, com proventos
mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescido
de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4º,
§ 1º, da Resolução nº 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados,
de acordo com o parágrafo único, do Art. 170, da citada Lei nº
6174; cinco (05) adicionais incorporados, de acordo com o Art.
171, §§ 1º e 2º, da mesma Lei; cinquenta por cento (50%) dos
respectivos vencimentos, de gratificação por serviços
extraordinários, de acordo com a Lei nº 6794, de 08 de junho de
1976; Função Gratificada, símbolo 1-F, na forma do Art. 140,
item III, da mencionada Lei nº 6174 e Gratificação de
Produtividade, de acordo com a Lei nº 6641, de 04 de dezembro
de 1974.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 07 de março de 1983.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente
GERNOTE KIRINUS — 1º Secretário
FRANCISCO ESCORSIN — 2º Secretário